
O SENTIMENTO DE INFÂNCIA E OS CUIDADOS COM A CRIANÇA PEQUENA DAS FAMILIAS POPULARES NA EUROPA

THE FEELING OF CHILDHOOD AND CHILDCARE SMALL IN WORKING-
CLASS FAMILIES IN EUROPE

Ciências Humanas • 15/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776232123](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776232123)

Mônica Pontes de Assunção

RESUMO

O cuidado e a atenção com a criança pequena é tema deste artigo. A influência de práticas sociais desenvolvidas em períodos passados permite-nos construir uma historiografia da infância das crianças oriundas de classes populares oriundas de países europeus, possibilitando uma reflexão sobre o pensamento social construído sobre tais sujeitos, de acordo com a fase vivida por muitos pequenos nos períodos medievo, moderno e contemporâneo, impulsionando uma alteração definitiva no papel que passam a ocupar na família e na sociedade nesta última marcação histórica. Ariès (2006) e Shorter (1995) foram os autores tomados como referência. Com este estudo foi possível perceber que devemos na atualidade zelar pelas conquistas implementadas como políticas públicas para as crianças, consolidando seus direitos para que as práticas de indiferença do passado possam ser de fato superadas na atualidade.

Palavras-chave: Criança pequena. Atenção e Cuidados. Sentimento de Infância.

ABSTRACT

The care and attention to the little child is the subject of this article. The influence of social practices developed in previous periods allows us to build a childhood history of children from working-class living in European countries, enabling a reflection on the social thought built on the child and childhood experienced by many small, spurring definitive change in the role come to occupy in the family and in society at the time. Aries (2006) and Shorter (1995) the authors were taken as reference. With this study was possible to see that we nowadays ensure the achievements implemented as public policies for children, strengthening their rights to the indifference practices of the past can indeed be overcome today.

Keywords: Toddler. Attention and Care. Childhood Feeling.

1. INTRODUÇÃO

O final da idade média é apontada por autores como Ariès (2006) como um período que marca uma ruptura substantiva na maneira de se perceber a infância, desenvolvendo um sentimento inexistente em épocas anteriores vividas pelas populações abastadas dos países europeus, em que a criança vai assumindo uma importância jamais vista, passando a representar um sujeito no núcleo familiar e na sociedade vigente.

As transformações ocorridas no período representam uma atenção e um cuidado que reconfiguraram as relações estabelecidas pelas mães com seus filhos, impactando nas práticas sociais desenvolvidas pelas famílias, o que por sua vez influenciou de forma direta e definitiva no papel social que a criança passou a desenvolver na contemporaneidade.

Shorter (1995) destaca, entretanto, que ao contrário do movimento iniciado nas famílias europeias mais abastadas, somente no final do século XIX e início do século XX é que as classes mais carentes dessa região passaram a modificar a maneira de tratar e de se relacionar com suas crianças pequenas, influenciado pela ação das mães operárias que impulsionaram a ruptura definitiva de um pensamento negligente à criança e aos cuidados que necessitavam, emergindo da nova relação estabelecida, o sentimento materno que reconceptualizaria para sempre a visão que se tem na atualidade sobre a infância e a criança.

Para evidenciarmos os cuidados destinados às crianças no período medieval, traçaremos um breve panorama acerca das principais práticas desenvolvidas na infância neste período, reconhecendo que

são frutos do pensamento histórico que culminou em práticas sociais que refletem os interesses dos sujeitos que participaram desse processo sócio-histórico.

Por fim analisaremos a concepção de criança e de infância construídas a partir do final do período medieval pelas famílias ricas e a consequência dessa construção no período contemporâneo para as famílias das classes populares da região europeia.

Iniciaremos com a concepção de infância desenvolvida a partir do período medieval.

2. A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA NO PERÍODO MEDIEVAL

A infância não existia no auge do período medieval. Sua construção está atrelada ao papel social desenvolvido por pais e mães de famílias camponesas, nobres e burguesas da Europa. Neste período, o que se percebia era um forte sentimento de indiferença dos pais com seus filhos.

As principais causas para este sentimento são destacadas por Ariès (2006) e Shorter (1995), autores que pesquisaram, sobre a história social da família em períodos distintos. Phelippe Ariès, um historiador social que utilizou fontes históricas como retratos e livros para compreender a história impressa em tais documentos sobre a criança europeia, produziu um estudo pioneiro sobre o tema. Edward Shorter, fez prospecções sobre a formação da família europeia moderna, utilizando registros médicos, hospitalares e policiais, dedicando-se na produção de uma análise sobre a situação das crianças pequenas oriundas das classes populares dos países europeus.

A partir da análise elaborada por Ariès (2006), foi possível verificar que o conceito de infância fora construído de maneira gradativa no final da idade média e se consolidando na idade moderna nas famílias mais abastadas. Antes disso, porém, o autor considera que não havia indícios que a criança ocupasse um lugar na família e na sociedade.

Os fatores que contribuíram para esse pensamento pautavam-se, em parte, na idéia de que as crianças não possuíam almas. Shorter (1995) destaca que na idade média a criança pequena mal possuía almas, gestadas segundo a vontade de Deus e partindo também a sua ordem, com uma “curta estada mortal”, por isso os adultos não deveriam se preocupar com ela, tampouco ter-lhe compaixão (SHORTER,1995, p. 184).

O elevado índice de mortalidade infantil ocasionado pela ausência de medidas adequadas de higiene, que influenciavam na proliferação de doenças e que culminavam em epidemias constantes no continente europeu ocasionavam a morte de centenas ou milhares de crianças, o que influenciava no desapego das famílias. Para compensar as perdas de um ou mais filhos, os casais tinham muitos outros, já que poucos sobreviviam. Esse fato contribuía para a inexistência de vínculos familiares entre pais e filhos, sendo a função principal dos genitores no período administrar os bens herdados e manter a honra ou reputação da família.

Postmam (1999) destaca que até o final do século XIV elas não eram sequer mencionadas em legados e testamentos, uma indicação que os adultos não consideravam que estas poderiam viver muito tempo.

As crianças das famílias mais carentes eram muitas vezes abandonadas nas ruas, igrejas ou conventos, ou simplesmente deixadas nas casas das famílias mais abastadas a fim de servirem como servos que ofertavam seus serviços em troca de um local para viver.

A pouca atenção que era dada a criança no período fez com que durante séculos ela fosse considerada um “adulto em miniatura”, cuja diferença principal era demarcada pela concepção de que era, ao contrário do adulto, um sujeito incompleto e até incapaz, conforme a conceituação do termo destaca:

a definição da palavra infância, oriunda do latim infantia, significa “incapacidade para falar”. Considerava-se que a criança, antes dos 7 anos de idade, não tinha condições de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carregava consigo o estigma da incapacidade, de incompletude perante os mais experientes, regulando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. (CORDEIRO e COELHO, 2007, p. 884)

A conseqüência da adultização da criança refletia-se em seu comportamento, imitando o adulto em tudo, nas expressões faciais, na maneira de se vestir e de falar, até a forma do corpo. Nas artes, por exemplo, a criança não era representada: nas pinturas ou esculturas elas eram retratadas com traços deformados, num esforço do artista em aproximar seus traços físicos da aparência dos

adultos, com expressões corporais e as vestimentas fazendo referência a estes, no entanto em tamanho reduzido, não existindo portanto um reconhecimento de que pertenciam a uma fase da vida impregnada de particularidades.

Ariès (2006) e Postmam (1999) destacam que o adulto não realizava distinção ao se dirigir a uma criança, fazendo-o da mesma maneira que fazia quando estava na presença de seus pares, estabelecendo com elas brincadeiras grosseiras e diálogos vulgarizados, expostas que estavam a todos os tipos de assuntos, o que culminava com a exposição precoce aos jogos sexuais, sendo comum a manipulação de seus órgãos sexuais.

Ariès (2006) considera que isso ocorria devido a concepção que a criança era um adulto em ascensão, marcada assim pela ausência de uma inocência pueril que demarcasse a diferença entre adultos e crianças.

Entretanto, havia uma fase em que as crianças recebiam atenção. Ariès (2006) denomina de fase da “paparicação”, referindo-se aos anos iniciais de vida da criança:

um sentimento superficial da criança a que chamei de 'paparicação' era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com as crianças pequenas como um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (ARIÈS, 2006, p.10)

A fase da paparicação era representada por uns poucos momentos de atenção destinados à criança, cujas manifestações de afeto dos pais destacavam-se logo nos primeiros meses de vida. No entanto, essa atenção não tinha valor sentimental, acabando por tornar a criança um instrumento de diversão, comparada muitas vezes a um animal de estimação (ARIÈS, 2006). Isso também facilitava em caso de morte, possibilitando que a criança falecida fosse substituída sem dificuldades por outra na família. Aquelas que sobreviviam demoravam para receber um nome, e só os recebia após realizarem atividades próprias do mundo dos adultos, cuidando ou guiando as crianças menores, por exemplo.

O resultado desse tratamento secundário dirigido às crianças no auge do período medieval perpetuou-se durante vários séculos, impondo uma subrepresentação para elas que desrespeitadas foram submetidas a todo tipo de violência, sofrendo privações que

contribuíram para o silenciamento dos principais problemas que afligiram milhares de crianças no mundo inteiro.

Vejamos como o final do período modifica esse quadro.

3. PRÁTICAS DE CUIDADO ÀS CRIANÇAS NO FINAL DO PERÍODO MEDIEVAL

Segundo Ariès (2006), o sentimento de infância passa a ser construído a partir dos séculos XII e XIII na Europa, e se consolidaram nos dois séculos seguintes, quando o sistema social lá desenvolvido sofre alterações profundas que se refletiram, entre outras conseqüências, na maneira de se relacionar do adulto com a criança, passando a estimular “sentimentos” daqueles para com estes, indicando a necessidade de “atenção, carinho e cuidado” aos pequenos.

Nas artes, os séculos XIV e XV já representam uma mudança sobre a maneira de se conceber e de se representar a criança, motivada pela influência da Igreja Católica que passa a retratá-la em suas produções não mais com traços adultizados, demonstrando que ela passava a ser vista e representada a partir de suas características próprias, imprimindo a ela uma nova imagem, como as produções iconográficas da figura do Menino Jesus, do anjo e da criança morta (ARIÈS, 2006).

A iconografia religiosa deu impulso à produção de uma representação leiga da criança nos séculos XV e XVI, onde os artistas já retratavam cenas da vida cotidiana, com os pequenos fixados próximos aos adultos no trabalho, no passeio ou no jogo, porém ainda desfocados.

O século XVII traz uma ruptura dos modelos até então desenvolvidos: as cenas com crianças vivas multiplicam-se, e elas passam a ser o foco dos trabalhos produzidos, sendo apresentadas sozinhas nos retratos ou em quadros de família, passando a posicionar-se no centro: a representação das crianças foi tomando cores e formas, enriquecendo-se de detalhes, com as vestimentas apropriadas para sua idade, mesmo quando eram retratadas em velórios, isto é, quando estavam mortas.

Os séculos XV, XVI e XVII foram apontados por Ariès (2006) como aqueles que produziram uma nova maneira de se perceber a criança: do total desapego, as famílias passaram a desenvolver um sentimento fraternal com ações voltadas para o cuidado com os pequenos.

Entretanto, o autor destaca que as mudanças percebidas referem-se apenas às famílias nobres e burguesas, permanecendo, segundo Shorter (1995), o mesmo padrão negligente vivido em outros períodos nas famílias das classes populares. O autor destaca e comprova em seus estudos que nas populações mais carentes, as transformações sociais demoraram mais de dois séculos para acontecer.

A primeira evidência ressaltada por Shorter (1995) diz respeito ao sentimento de indiferença relativo à criança mantido pelas famílias menos abastadas ainda no início da nova era contemporânea:

No século XVIII e no começo do século XIX, a indiferença dos pais aos bebês continuava firmemente implementada em todos os segmentos das classes populares e em todas as comunidades. Há uma série de indicadores que sugerem que a grande transformação que Ariès via como estando já há muito tempo em curso entre a alta burguesia se não tinha ainda infiltrado. Pelo menos é o que temos de inferir de modo como essas mães agiam para com os filhos – grifos do autor. (SHORTER, 1995, p. 184-185)

A indiferença definida por Shorter (1995) representava a atitude negligente dos pais da população camponesa com seus filhos pequenos, que não percebiam no dia-a-dia vivido a presença de um novo paradigma de infância impactando de maneira distinta na realidade das crianças.

O que se via nos relatos analisados pelo autor era a presença cotidiana de ações violentas e brutais contra as crianças, evidenciando a ausência de afeto por parte de seus pais. Não se tratava de agressões físicas intencionais, mas da execução de atividades rotineiras dotadas de um descaso que refletia a ausência de cuidado e atenção necessária com os filhos.

O abandono das crianças pequenas por longos períodos do dia era outra ação característica das famílias desse período, uma prática considerada quase que universal. Os relatórios médicos analisados por Shorter (1995) faziam referências a esses eventos, indicando que os bebês ficavam assados por permanecerem durante um longo

tempo em contato direto com suas próprias fezes, já que as trocas dos cueiros demoravam a serem realizadas.

A negligência dos pais influenciava na morte das crianças pequenas quando as abandonavam em frente à lareira e suas roupas se incendiavam, ou quando os animais domésticos as atacavam e as comiam, já que permaneciam por um logo período sem a vigilância necessária.

A falta de afeto com a criança era percebida pelas atitudes das mães ao pegá-la no colo, desenvolvendo esta tarefa de maneira mecânica, como se fosse uma obrigação que não lhes proporcionasse prazer ou que não lhes despertasse sentimentos com relação ao pequeno:

Se lhes pegam [os bebês], se os levam a passear, é caladas, no silêncio da resignação aos seus deveres, que as mães e criadas cumprem com rigor mas raramente indo além dele. Não cantam, não falam ao bebê, não tentam despertar-lhes os sentidos; não fazem qualquer esforço para desenvolver as sensações da criança através de folguedos ou dos pequenos galanteios da ternura materna. (SHORTER, 1995, p. 186-187)

Em caso de falecimento, o autor destaca que as famílias não se dedicavam ao luto, tampouco demonstravam sinais que lamentavam a perda do filho. Ao contrário, antes da morte as mães deixavam os “bebês moribundos” jogados nas sarjetas, chegando ao ponto de apodrecerem nas ruas inglesas, visão que causava horror

nos médicos e nos diretores de hospitais para “enjeitados” (SHORTER,1995).

Na França Meridional, o autor destaca a tranquilidade com que assaltantes que se arriscavam para roubar nas estradas da região agiam ao se deparar com uma criança morta, passando por ela como se não tivessem visto nada de diferente ou anormal, prosseguindo em suas empreitadas ilegais, sendo pois indiferentes aos seus pequenos corpos. Na cidade francesa de Anju, o autor coletou informações indicando que quando havia funeral de crianças menores de cinco anos, nem a mãe ou o pai compareciam na paróquia local para velar ou acompanhar o enterro de seu filho. Nas demais paróquias francesas, comparecia um ou outro, nunca os dois.

Isso porque o falecimento de uma criança era tido como uma “benção” para as famílias, que depois do terceiro ou quarto filho aceitavam de bom grado o ocorrido. Na Baviera Francesa, *“a morte de uma criança, desde que tenha sido batizada, é considerada, no plano religioso, uma libertação, pois o bebê teve a graça de ascender diretamente ao paraíso sem conhecer as amarguras desta vida”* (SHORTER, 1995, p. 188). No plano material, a morte de uma criança era considerada “quase um acidente banal”, que poderia ser recuperado com um novo nascimento na família.

O desapego das famílias das classes populares modernas possibilitou que a prática de abandono de filhos legítimos também fosse uma ação mantida até no século XIX, quando os deixavam sorrateiramente nas instituições de caridade que se responsabilizariam em contratar amas de leite que os

amamentassem enquanto pequenos, o que provavelmente provocava a morte de muitos bebês.

Shorter (1995) explica esse abandono infantil pelo nível extremo de pobreza que as famílias camponesas se encontravam, sofrendo com a falta de alimentos, o que encarecia os preços de muitos produtos. Cada vez que aumentava o preço do cereal, o número de crianças abandonadas também subia. (SHORTER, 1995, p. 189). As mulheres que trabalhavam nas fábricas têxteis também abandonavam seus filhos neste período, utilizando como justificativa a fome, a miséria e a dificuldade em manter um ou mais filhos já que precisavam se dedicar aos seus afazeres profissionais.

A presença de amas de leite pagas era um fenômeno descrito por Shorter (1995) como característico da idade média e que ainda perdurava no período moderno. Estas foram denominadas pelo autor como “mercenárias” já que não tinham muita preocupação com as crianças que ficavam sob a sua responsabilidade, interessando-lhes apenas os rendimentos recebidos.

Havia uma procura muito grande por esse serviço, que funcionava da seguinte forma: as mães, logo após os filhos serem batizados, mandavam-nos para longe de suas casas para que fossem criados pelas amas de leite. Se sobrevivessem à longa viagem, lá permaneceriam até completarem dois anos. A prática desenvolvida foi registrada por Jane Sharp em 1671, indicando a presença destes casos na Inglaterra:

a maneira habitual [é] as pessoas ricas porem os filhos sob os cuidados de outra pessoa. Mas as mais das vezes eram as autoridades públicas inglesas e não o casal que enviavam as crianças para longe, e só os filhos de mães solteiras ou de famílias atingidas pela pobreza eram afetadas (JANE SHARP, 1671, apud SHORTER, 1995, p. 191)

Apesar da prática ser observada em toda a Europa, especialmente a central, Shorter (1995) destaca a França como o país em que mais mulheres casadas mantinham seus filhos aos cuidados das amas de leite rurais: no ano de 1777, calculava-se que um sexto dos bebês da capital francesa estavam sob a responsabilidade de uma ama de leite.

Havia ainda uma diferença que se estabelecia de acordo com a classe social da família da criança: os filhos de camponeses proprietários de terras eram amamentados ou alimentados por suas próprias mães porque estas não conseguiam pagar uma ama de leite já que com o pouco tempo livre que lhes restavam ficavam impossibilitadas de juntar o recurso, não restando-lhes outra alternativa senão realizar elas mesmas a ação.

Nas famílias mais abastadas cujas mulheres conseguiam cobrir com os proventos recebidos a despesa com a ama, estas não hesitavam em contratá-las. E aquelas que residiam nas áreas rurais, pertencentes às classes populares, colocavam seus próprios filhos com uma ama, pagando valores muito baixos para que dessa forma

pudessem colocar-se a disposição de outras mulheres, atuando assim como uma ama de leite.

Shorter (1995) descreve como funcionava o serviço das amas de leite. Nas cidades francesas, a prática era organizada por agências públicas e particulares que intermediavam o contato entre as mães e as amas, sendo estas últimas as preferidas das famílias, que prosperavam como organizações pela exploração tanto das mães quanto das amas. Em muitas das vezes enganavam as primeiras indicando uma falsa ama, isto porque o leite desta já havia secado, o que influenciava na distribuição de uma alimentação inapropriada para a criança. Em outros momentos a própria ama é quem ludibriava a mãe e as agências, alugando ou emprestando crianças saudáveis de outras pessoas para que pensassem que os bebês eram seus e fossem contratadas. As mães preferiam as agências particulares pois acreditavam que com elas seus filhos teriam um excelente tratamento, desfrutando de todas as vantagens da vida no campo.

Após a chegada da criança na casa da ama, seus pais raramente a visitava. As amas, por sua vez, encaminhavam cartas para as famílias a fim de informar como estava, convidando-os para fazerem uma visita. Shorter (1995) ressalta que se o fizesse, as famílias se defrontaria com uma realidade não muito agradável:

As amas de leite, trabalhadoras agrícolas, camponesas marginais e mães solteiras, (que muitas vezes engravidavam para terem leite e poderem oferecer-se no mercado) eram criaturas desesperadamente pobres e devastadas que viviam geralmente em casebres rurais. No Eure-et-Loir, 'as habitações de muitas amas são mal arejadas. Algumas têm apenas uma divisão, na qual se amontoam amas e arcas. Algumas só tem uma cama e três crianças de peito'. E na habitação típica de uma ama de leite em Nièvre, os ocupantes os mais das vezes limitam-se a despejar as águas no chão de terra, 'incapazes de se dar ao trabalho de as deitar fora'. O gado doméstico, os porcos, cabras, carneiros e aves viviam com a família. A grande lareira 'soltava tanto ar frio como calor' e para o fumo sair a porta tinha de ficar aberta de par em par, o que expunha o bebé a correntes de ar 'mortais'. Além das duas ou três enormes camas, havia vários berços pendurados como redes de dormir uns acima dos outros. À entrada da porta ficava o monte de adubo, e palha meio podre estava enfiada aqui e além em cantos e frestas. Debaixo dos pés esguichava uma 'espécie água escura, esverdeada e fétida'. Por outras palavras, o lugar ideal para um bebé. (SHORTER,1995, p. 194)

Além da pobreza extrema com que as amas camponesas viviam, a negligência com que os bebês eram tratados era uma preocupação das autoridades locais: em seus relatórios constam casos em que

uma ama, embriagada, carregava o bebê de cabeça para baixo (SHORTER, 1995). Eram constantes os registros de crianças que chegavam saudáveis em suas casas serem encontradas mortas em suas camas.

Ao investigar os casos, os encarregados das comissões descobriam que as condições vividas pelas amas determinavam em muitos casos, o óbito infantil. Em um caso específico, o comissário relata: *“encontrei na choça que a mulher habitava, uma pequena forma mirrada, de feições engelhadas, estendida sobre uma enxerga de palha suja e malcheirosa, sem lençóis. A pobre criança tinha morrido de fome e miséria”* (SHORTER, 1995, p. 195). Os vizinhos contaram que a ama ausentou-se por toda uma manhã, ficando a criança aos berros durante esse período. Ao perceberem que o lamento cessara abruptamente, arrombaram a porta e comprovaram que a criança estava morta.

Os médicos escandalizavam-se ao perceber que as amas agiam de forma negligente e indiferente com as crianças, não lhes dedicando a atenção e os cuidados contratados por suas mães. Na cidade francesa de Morvan, eles descobriram que as amas não faziam a troca das roupas de cama quando alteravam os cuidados com os bebês. Os travesseiros de penas utilizados ficavam *‘impregnados de suor, urina e fezes, exalavam um cheiro a amoníaco terrível’* (SHORTER, 1995, p. 195).

A alimentação das crianças aos cuidados das amas era também precária.

Muitas das vezes, estas não produziam leite suficiente para alimentar todas as crianças, situação que resolviam da seguinte forma:

primeiro elas davam de mamar aos seus próprios filhos e, em seguida, às crianças que estavam aos seus cuidados. Sem condições de oferecer leite para todas elas, as amas utilizavam outros meios para complementar sua alimentação.

Dessa forma a comida era introduzida precocemente na alimentação das crianças pequenas. Muitas amas criavam animais domésticos que produziam leite como vacas ou cabras para que dessa forma, os pequenos se alimentassem com o produto adequado. Aquelas que não possuíam tais animais eram obrigadas a dar às crianças a ‘papa’ – um preparado composto de farinha, água e açúcar que não tinham os nutrientes necessários para fortalecer sua imunidade, desprovendo-as de proteínas e vitaminas e enchendo-as de amidos que não desempenhavam a mesma função que o leite materno.

O resultado dessa negligência na alimentação das crianças pode ser observado nos séculos XVI, XVII e XVIII, na Inglaterra, por exemplo, de acordo com os dados destacados por Shorter (1995) que comprovam que as mesmas estavam expostas a uma alimentação inapropriada:

Dizem-nos que as crianças de peito inglesas eram ‘alimentadas a carne antes de terem dentes e, o que é ainda pior, se tal é possível, a bolachas sem fermento, ou pãezinhos com manteiga, muffins rijos amaciados em manteiga e azeite, geléias de pezinhos de vitela ou caldos de carne fortes, ainda mais predispostos a sobrecarregar a capacidade de digestão. (SHORTER, 1995, p.196)

A fome a que eram acometidos faziam com que chorassem famintos, e a sujeira a que estavam expostos os incomodavam a ponto de permanecerem chorando durante horas a fio por longos períodos do dia. As amas, impacientes, cansadas e indiferentes, tentavam calá-los utilizando álcool ou tranquilizantes à base de ópio, como o famoso preparado da época, o 'Cordial de Godfrey' (SHORTER, 1995), que misturava melaço, láudano e sassafrás, isto é, morfina. Os médicos, quando realizavam visitas aos bebês, estranhavam o fato destes ficarem inertes em suas camas. O resultado desse hábito era a dependência da criança ao produto e o seu posterior falecimento em um curto espaço de tempo.

A prática de se mandar as crianças pequenas para longe para ser amamentada e cuidada por uma ama de leite foi desenvolvida pelas esposas de lojistas, artesãos, tecelãs e outras que viviam nas cidades européias. Entretanto, Shorter (1995) destaca que um grupo específico de mulheres não sucumbiu à ação medieval realizada: foram as trabalhadoras fabris, mulheres que se destacaram como a "ponta-de-lança da modernização" que utilizaram o serviço das amas apenas quando se encontravam em horário de trabalho:

Embora as mulheres que trabalhavam em complexos industriais empregassem com frequência amas durante o dia, ou alimentassem os filhos a biberão, não os mandavam para longe de casa durante períodos prolongados. Margaret Hewitt escreve, por exemplo, de Lancashire: 'Não há indícios de que as operárias casadas (nem mesmo as solteiras) deixem os bebês na ama por períodos superiores a um dia de trabalho'. Ainda que consternado pela maneira como as operárias das fábricas de fiação de Lillebonne tratavam os filhos pequenos, Arsène Dumont nunca afirma que elas os mandassem pára longe de casa. (SHORTER, 1995, p.192)

O século seguinte viria para mudar esse quadro.

4. A CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO DE INFÂNCIA NAS FAMÍLIAS POPULARES EUROPEIAS NO PERÍODO CONTEMPORÂNEO

No final do século XVIII e início do século XIX é possível identificar que um grupo de mulheres das classes populares começava a mudar o relacionamento que estabeleciam com seus filhos. Eram as mães operárias das indústrias que iniciavam, a partir de uma prática incomum para a época, a demonstrar uma maior atenção para com suas crianças: a amamentação ao seu próprio peito, marcando a diferença dos cuidados destinados à elas, ampliando-lhes suas chances de vida, servindo para Shorter (1995) como um indicador da construção do sentimento maternal das mulheres das populações mais carentes.

Com o sacrifício das mães francesas, ao propor o abandono das amas de leite mercenárias – para que dessa maneira fossem consideradas como aquelas que acompanham sua época, isto é, as que estão atentas às práticas sociais desenvolvidas em sua época, efetivando-as – fez surgir uma nova realidade para as crianças: elas passaram a considerar o próprio bem-estar dos filhos acima de outros critérios. (SHORTER, 1995, p.197).

Esse momento demarca o valor que as famílias começaram a dar aos filhos, optando em diminuir seu rendimento para que pudessem amamentar seus bebês, iniciando uma série de cuidados que influenciaram na prática de atenção e cuidado à saúde das crianças:

A outra parte do nosso índice de amamentação ao peito é a condição de que, para ser considerada 'moderna', a mãe que amamenta deve dar ao peito só ao seu filho, recusando-se a aceitar outros, quer porque a sua presença punha em perigo a vida do filho dela, ao reduzir o leite disponível porque membros exteriores à família como esses seriam intrusos na privacidade recém-descoberta da unidade doméstica. (SHORTER, 1995, p. 197)

A opção das mães francesas influenciou na queda da procura dos serviços das amas de leite e nos anos de 1800 é possível verificar que houve um declínio no número de crianças que eram enviadas para as amas rurais: mil crianças foram mandadas na terceira década do século XIX, em oposição ao registro de cinco a seis mil bebês enviados por ano no século anterior (SHORTER, 1995). Neste sentido,

o autor destaca, tal como Ariès (2006), que as mães burguesas foram as pioneiras a modificarem suas práticas com relação à amamentação, seguida das mães das classes médias e muito tempo depois as das classes populares: “*só mais tarde é que as classes baixas as alcançaram*” (SHORTER, 1995, p.198).

O autor contradiz a premissa que aponta a obra de Jean-Jacques Rousseau *Emílio, ou Da Educação*, produzida em 1762, como aquela que representa o marco inicial para o estímulo da amamentação das mães aos seus filhos no próprio peito, ressaltando que à época as mulheres das classes burguesas já o faziam a algum tempo, indicando que de fato a obra pouco contribuiu para iniciar esse movimento:

As mulheres abastadas de La Rochelle, por exemplo, abaladas por uma vaga de mortes entre os bebês que tinham mandados para as ama camponesas, começaram elas mesmas em 1766 a amamentar ao peito (e a escandalizar a sociedade ao fazê-lo em público). As mulheres dos artesãos, por outro lado, tinham tomado exactamente o rumo oposto. Enquanto antes eram elas que davam o peito aos filhos dos ricos, essas mulheres mandavam então os seus próprios bebês para o campo, de forma a poderem entregar-se ao luxo e ao ócio, pelo menos assim o explicava o Doutor Destrapierre, o reitor do Real Colégio de Medicina de La Rochelle. (SHORTER, 1995, p. 198).

O ato de amamentar ao peito foi uma prática estimulada pelos médicos do período que pretendiam diminuir o número de crianças mortas por problemas ligados à saúde e à ausência de medidas de higiene, fazendo com que as mães começassem a se preocupar com a vida de seus filhos, obrigando-as a manterem-nos em suas casas. Uma epidemia de sífilis nas amas rurais da cidade francesa de Saint-Malo, por exemplo, obrigou as mães a amamentarem os filhos no ano de 1780. Shorter (1995) destaca que as doenças venéreas também haviam se espalhado na região por meio dos marinheiros e soldados que infectavam as amas, impossibilitando-as de receberem crianças naquele período para a amamentação.

Shorter (1995) ressalta que foi apenas no final do século XIX e início do século XX que as classes populares consolidaram um sentimento fraterno para com suas crianças, com as mães declinando da procura das amas de leite e passando a amamentar o próprio filho.

As amas, por sua vez, modificaram a maneira de tratar os pequenos que ficavam aos seus cuidados, passando de um atendimento “instrumental para expressivo” (SHORTER, 1995), isto é, de uma ação em que o que estava em jogo era o quanto se podia lucrar, para uma preocupação efetiva com o bem-estar da criança, resultando no envolvimento emocional da ama com ela:

Dantes, a morte de uma criança [de fora] era encarada como parte da exploração de uma outra família. Hoje as pessoas ligam-se a essas crianças precisamente por causa dos cuidados de que elas necessitam. Encontramos este tipo de adoção sobretudo no caso de enjeitados enviados pela Assistência de Paris. Acabam por ter a mesma situação que os filhos e filhas das famílias. Alguém me contou o caso de uma jovem de dezanove anos que tem à sua guarda as chaves dos armários. E se os 'irmãos de leite' precisam de dinheiro para gastar no café ao domingo, têm de ir com ela, é ela que controla os cordões da bolsa. Como estamos longe de outra história que se contava na mesma região, um quarto de século antes! "Duas amas mercenárias encontram-se na aldeia. 'Porque dobram os sinos?', pergunta uma. 'Ah, não é nada', responde a outra, é por causa de um Paris que morreu hoje de manhã'. (SHORTER, 1995, p. 204)

Enquanto que nas famílias de classes populares o sentimento de infância começa a ser estabelecido, nas famílias de outras classes sociais ele já se consolida. A partir do século XIX, as famílias burguesas dedicavam-se à leitura de obras pueris que versavam sobre a higiene das crianças (escritas e divulgadas a partir de 1815). O destaque está na obra "*Monsieur, Madame et Bébé*" escrito em 1866, por Gustave Droz lido e relido por famílias que procuravam dar uma atenção individualizada aos seus filhos.

As mães das classes médias passaram a se preocupar com a saúde de suas crianças. Shorter (1995) enfatiza que os consultórios médicos dos profissionais viviam lotados, entretanto, o atendimento que faziam no início do século voltava-se apenas à observação de sua aparência.

Em meados do século os internatos tiveram um significativo declínio na procura de matrícula pelas famílias. Os liceus destacaram-se neste aspecto, como o Louis-le-Grand, de Paris, que teve a diminuição de matrículas efetivadas nos anos de 1837-1838 em torno de 10%, aumentando para 69% de desistência no ano de 1908. Ariès (2006) considera que *“a família francesa já não acedia a estar separada dos seus filhos, mesmo nos interesses da sua educação”*.

Nas famílias populares, entretanto, a construção do sentimento maternal ocorria de forma lenta e descompassada. Os indícios consultados por Shorter (1995) revelam que o abandono das crianças ainda era praticado no período, mesmo que os governos dos países oferecessem um subsídio para que as mães ficassem e cuidassem delas, obrigando-as a reconhecerem seus filhos e não abandoná-los, medida que pouca influência trouxe para esse grupo específico.

Apenas no início do século XX a “atitude maternal” pôde ser percebida nas famílias das classes populares, com a redução do abandono dos bebês, devido, como aponta Shorter (1995), a formação de lares estáveis que reforçavam o desenvolvimento do sentimento maternal, uma vez que estas famílias passaram a demonstrar maior afeição por seus filhos: “A indiferença para com a vida e a morte do bebê, quase universal um século antes, estava limitada a alguns lugares atrasados como o interior da Bretanha,

onde as mães *'quase não se não ocupavam dos filhos'*" (SHORTER, 1995, p. 211).

Em 1900, na ilha de Rê, próxima da cidade francesa de La Rochelle, o modelo negligente de tratamento às crianças ainda eram encontrados, como descreve um médico após uma de suas visitas: ao entrar na casa aberta e deserta de uma família que se dedicava à colheita, ele encontrou apenas os bebês *'abandonados nos berços, tendo ao lado apenas uma peça de fruta ou um naco de pão, talvez até um trapo mais ou menos a limpo para chucharem'*(SHORTER, 1995, p. 211). A partir dos anos de 1950 a 1960, porém, não havia mais registro em toda a Europa, de tais casos.

O ápice dessa conquista estava nas roupas das crianças e nas possibilidades de interação entre mães e filhos. A prática de enfaixar os bebês impossibilitava a preservação de seus movimentos, culminando em dificuldades para que eles correspondessem aos possíveis estímulos que suas mães por ventura fizessem foi abandonada e substituída por vestimentas que garantiam sua liberdade.

Ao perceber que livre dos cueiros eles ganhavam movimento e poderiam interagir com suas mães, estas passaram a estimulá-los com frequência, fazendo com que os bebês pudessem responder às brincadeiras e outros estímulos que passaram a ser expostos, fazendo do cueiro uma peça obsoleta de uso nas décadas seguintes.

Shorter (1995) destaca que a criação da indústria fabril no período contribuiu de maneira significativa para a distinção entre adultos e crianças, uma vez que as roupas fabricadas para os pequenos se diferenciaram dos trajes destinados aos adultos, marcando de

maneira definitiva no reconhecimento da infância como um período singular na vida de toda a criança.

O estilo contemporâneo da vida familiar havia, por fim, se instaurado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas de cuidado desenvolvidas pelas famílias no período medieval, moderno e contemporâneo para com suas crianças pequenas, notadamente àquelas a quem este estudo se destina (das classes populares), são ainda foco de debates e reflexões, impactando no tratamento destinado a elas nos países de todo o mundo, configurando-se em desafio para que seus direitos sejam respeitados, como alimentar-se adequadamente, ter um nome, ser amparada por uma família e protegida por adultos que se importam com elas. As conquistas obtidas não significam que as situações de violência e descaso tenham se extinguido, mas indicam que as populações estão no caminho certo para que as atrocidades acontecidas no passado não sejam mais recebidas com normalidade pela sociedade da atualidade, estimulando o desejo nas pessoas de contribuírem para a elaboração e execução de políticas públicas que priorizem a vivência plena da infância pelas crianças. Sabemos que muito ainda há para ser feito. Mas, ao olharmos para trás, percebemos que estamos, pelo menos, no caminho certo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. 2ª Ed.

CHOMBART DE LAUNE, Marie-Jose. **Um outro mundo:** a infância. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1991. Coleção Estudos, vol. 105.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. , 2005.

DAHLBERG, G; MOSS, P; PENCE, A. **Qualidade na educação da primeira infância:** perspectivas pós-modernas. Porto Alegre: Artmed, 2013.

DEL PRIORI, M. (org) **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SHORTER, Edward. A Formação da Família Moderna. Portugal: Terramar, 1995. Coleção Pequena História.